

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Contas públicas têm déficit de R\$ 23 bi em setembro	2
Título: Taxa extra na conta de luz de novembro será menor	3
Título: Alívio fiscal na mão do Congresso.....	4
Título: Bolsa ignora cenário externo ruim e sobe 1,95%	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Pergunta no posto	7
Título: Com chance de vitória, Zema ameniza ruptura com política e revê privatizações	8
Título: Com bandeira amarela, conta de luz ficamais barata em novembro.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Contas de luz em novembro terão bandeira amarela	11
Título: MP deve viabilizar privatização da Amazonas Energia	11
Título: Spic faz proposta oficial por Santo Antônio	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/10/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Contas públicas têm déficit de R\$ 23 bi em setembro**

Gastos para custear o subsídio do diesel pesaram no resultado do mês. No ano, saldo está negativo em R\$ 81,6 bilhões

As contas do governo fecharam setembro com um rombo de R\$ 23 bilhões. O resultado é melhor que o registrado nos dois últimos anos no mesmo período. No entanto, 2018 teve o quarto pior setembro para as contas públicas desde 1997, início da série histórica.

No ano, entre janeiro e setembro, o saldo negativo é de R\$ 81,6 bilhões.

Apesar de alto, o número é 28% menor que o registrado no mesmo período em 2017, quando o rombo era de R\$ 114 bilhões. A meta do governo é fechar o ano com um déficit de até R\$ 159 bilhões.

Os gastos do governo para custear o subsídio de R\$ 0,30 no litro do óleo diesel pesaram no mês passado. Isso resultou numa alta de 1,7% nas despesas federais

em setembro, que somaram R\$ 112,5 bilhões.

A arrecadação, por outro lado, também subiu. A receita líquida (já descontadas as transferências para estados e municípios) aumentou 3,1% em setembro, influenciada pela arrecadação com o último leilão do pré-sal e com o recebimento maior de royalties (contribuição paga pelas empresas para explorar petróleo). Segundo o Tesouro Nacional, a arrecadação somou R\$ 89,7 bilhões.

FOLGA VAI PARA PREVIDÊNCIA

Com isso, o Tesouro Nacional e o Banco Central fecharam setembro com um superávit (ou seja, arrecadação maior que despesa) de R\$ 8,4 bilhões. No ano, essas contas estão no azul em R\$ 75 bilhões. Toda a "folga" nas contas, por outro lado, é consumida pelas despesas da Previdência, que registrou rombo de R\$ 31,4 bilhões em setembro. No ano, o déficit está acumulado em R\$ 157 bilhões.

— Não há chance de ter ajuste fiscal sem reforma da Previdência — alertou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

Ele ressaltou ainda que zerar o rombo das contas públicas em 2019 — como propõe o programa de governo do candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, favorito nas pesquisas de intenção de voto — só seria possível com um volume muito elevado de receitas extraordinárias. Isso, no entanto, não resolveria o problema fiscal do país, pois seria uma solução pontual para um problema estrutural.

— Uma família que tem uma despesa de cem e uma receita de 50 pode vender um auto

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Taxa extra na conta de luz de novembro será menor

Após cinco meses, bandeira tarifária passará de vermelha para amarela, e custo adicional a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos cairá de R\$ 5 para R\$ 1. Estação chuvosa permite redução

BRASÍLIA- A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária a ser aplicada nas contas de luz no mês de novembro é a amarela. Isso significa que os consumidores terão um alívio depois de cinco meses consecutivos de vigência da bandeira vermelha nível 2 (o patamar mais elevado). No próximo mês, a cada cem quilowatts-hora(kWh) consumidos, o custo adicional será de R\$ 1. Antes, a taxa era de R\$ 5 a cada cem kWh.

Em nota, a Aneel informou que o nível dos reservatórios ainda está reduzido, mas que a situação começa a melhorar com o início da estação chuvosa. Com isso, a expectativa é que as usinas hidrelétricas aumentem a produção gradual de energia, o que reduz o uso de termelétricas, que são mais caras.

DEZEMBRO DEVE MELHORAR

Para o professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, a tendência é que, a partir de dezembro, período de chuvas mais intensas, a bandeira mude para a cor verde, ficando neste patamar até março ou abril de 2019. Neste caso, não há sobretaxa.

— Com mais água nos reservatórios, você pode reduzir a produção de energia nas termelétricas, e isso barateia o custo para o consumidor — destacou o professor.

Considerando que o consumo médio mensal de energia das famílias vai de 300 kWh a 400 kWh, o gasto extra na conta de luz atingiu R\$ 20 em outubro, por causa da bandeira vermelha nível 2. Com a mudança para a cor amarela, o custo vai baixar para R\$ 4 em novembro.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores sobre o custo da geração de energia. Nas cores verde, amarela e vermelha, elas indicam, de forma gradual, qual é o gasto adicional do consumo. Servem também como orientação para o uso mais eficiente da energia, de modo a evitar desperdícios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura E Geralda Doca

Título: Alívio fiscal na mão do Congresso

De reajuste de servidor a política para o diesel

BRASÍLIA- Passado o segundo turno das eleições, o Congresso terá pela frente votações importantes para o governo na economia, que precisam ser resolvidas até o fim do ano. Na fila, estão oito medidas provisórias com impacto em ações federais e no Orçamento de 2019. Entre os temas, está o adiamento do reajuste do funcionalismo de 2019 para 2020.

O governo estima que a medida deve gerar economia de R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos. A MP que manteve o subsídio federal ao óleo diesel até dezembro também está entre as propostas que precisam ser analisadas, embora o governo já estude até acabar com a subvenção ao combustível antes do fim do ano diante da queda do dólar e do petróleo.

O reajuste dos servidores, contudo, é a votação mais polêmica. Na mensagem enviada ao Congresso, o governo informa que a medida alcança 209 mil servidores civis ativos, além de 163 mil inativos, "representando uma contribuição expressiva para a readequação dos gastos públicos"..

O Executivo argumenta que a restrição será importante para o equilíbrio das contas públicas. Segundo o governo, os ajustes acordados com os servidores — ainda em 2015 e sob o governo de Dilma Rousseff — levavam em conta uma inflação sempre acima de 5% ao ano, "sendo que, atualmente, este índice acumula alta de 4,39% nos últimos 12 meses até junho de 2018".

A MP dos servidores perde validade no início de fevereiro. Porém, é necessário aprovar a proposta este ano para que tenha validade. Até agora, nem a

comissão especial destinada a analisar a medida foi criada. A MP recebeu 123 emendas.

FIM DO SUBSÍDIO AO DIESEL

A medida que renovou até 31 de dezembro o subsídio de R\$ 0,30 ao diesel — concedido para acabar com a greve dos caminhoneiros — perde validade em 28 de novembro. A comissão para analisar a medida sequer foi instalada.

A subvenção do diesel está sendo analisada pelos **Ministérios de Minas e energia** e Fazenda, além da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo uma fonte, uma solução pode ser apresentada já na próxima semana para encerrar o subsídio antes do prazo previsto. A leitura é que não há risco de nova paralisação dos caminhoneiros porque "todos sairão ganhando"

Mais adiantada, a criação do novo regime de incentivos para a indústria automobilística, o Rota 2030, precisa ser analisada por Câmara e Senado até 16 de novembro para não perder a validade. A MP original concede R\$ 2,1 bilhões de renúncia fiscal para o setor automotivo em 2019.

O texto aprovado em comissão especial esta semana, no entanto, incluiu uma série emendas que não têm relação com o projeto original e com impacto nas contas públicas. O governo avisou que tentará reverter essas alterações na votação no plenário.

Está parada a MP que definiu novas regras para saneamento básico, que perde validade no próximo dia 19. Ela foi editada para aumentar a atratividade do setor à iniciativa privada, que responde por 15% dos investimentos na área, e pode ajudar a destravar obras.

Para Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, há pautas importantes sobre as quais o próximo presidente precisa se debruçar em 2018:

— Ainda que do ponto de vista de prioridade a Previdência seja a principal, há outras pautas que o presidente terá que cuidar, como a definição das regras de reajuste do salário mínimo e o que será feito como preço do diesel. A lista de MPs tem ainda o texto que libera cerca de R\$ 4 bilhões em linhas de crédito para as Santas Casas de todo o país com recursos do FGTS.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, avalia que há uma série de projetos importantes para serem votados: — Está faltando a aprovação do cadastro positivo, da relação entre Tesouro e Banco Central, da nova lei das agências reguladoras. Não saberia dizer se há espaço para que essas matérias sejam aprovadas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/10/2018****Seção: Economia****Autor: Joao Sorima Neto E Gabriel Martins****Título: Bolsa ignora cenário externo ruim e sobe 1,95%**

Desde o primeiro turno, Ibovespa acumula avanço de 4,12%, enquanto dólar comercial tem desvalorização de 5,19%. Ações de Petrobras, eletrobras e Banco do Brasil registram ganhos de dois dígitos no período

SÃO PAULO E RIO- No último pregão antes do segundo turno das eleições presidenciais, o dólar comercial encerrou a sessão em queda expressiva, e a Bolsa subiu quase 2%. A moeda americana terminou negociada a R\$ 3,65, um recuo de 1,32% e o menor valor desde 24 de maio. Já o Ibovespa, principal índice do mercado de ações brasileiro, acelerou na reta final dos negócios e terminou com valorização de 1,95%, aos 85.719 pontos. Desde o primeiro turno até ontem, o dólar recuou 5,19%, enquanto a Bolsa teve valorização de 4,12%.

Mesmo com um dia negativo no exterior, o mercado financeiro brasileiro se descolou do pessimismo por conta do cenário eleitoral, segundo operadores.

— Houve um clima de consolidação do cenário que as pesquisas estão mostrando, com o candidato mais alinhado às ideias do mercado mantendo a dianteira — disse Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos.

Esse otimismo se refletiu no chamado "kit eleição", composto por ações de empresas estatais. Os papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras encerraram o dia com valorização de 4,67%, a R\$ 27,55, enquanto as ações PN da eletrobras subiram 3,80%, a R\$ 26,20. Os papéis ordinários (ON, com voto) do Banco do Brasil tiveram ganho de 5,79%, a R\$ 42,42.

Desde o primeiro turno, os papéis dessas estatais tiveram valorização de dois dígitos: as ações da Petrobras subiram 12,53% (ON) e 15,19% (PN). No caso da eletrobras, houve avanço de 14,99% (PN) e 24,37% (ON). Já os papéis ON do Banco do Brasil acumularam alta de 18,69%.

Na avaliação de Rosa, a alta dessas ações ao longo deste mês refletiu a percepção do mercado de que as estatais deverão continuar trabalhando como seus concorrentes privados, na busca do lucro, sem necessariamente serem privatizadas.

— A interpretação é que, com a possível vitória de Jair Bolsonaro (PSL), essas companhias não sofrerão interferência política, manipulação de preços para segurar inflação. Pode até acontecer algum tipo de privatização, como a da área

de refino da Petrobras, mas não necessariamente a empresa toda será vendida — observou o economista da SulAmérica.

AMAZON PERDE US\$ 66 BI

Com relação à queda do dólar, Cleber Alessie, especialista em câmbio da corretora H. Commcor, ressalta que a queda de ontem refletiu o desmonte de muitas posições de "hedge eleitoral", ou seja, operações que protegeriam os investidores de uma alta da moeda americana caso Fernando Haddad (PT) ultrapassasse Bolsonaro na reta final do segundo turno.

No exterior, o Dollar Index, da Bloomberg, que mostra o comportamento da divisa frente a uma cesta de dez moedas, recuou 0,33%. O governo americano informou que o PIB cresceu 3,5% de julho a setembro, contra 4,2% no trimestre anterior.

Em Nova York, a Amazon desabou 7,8%, o que representou uma perda de US\$ 66 bilhões em valor de mercado. A gigante do e-commerce divulgou seu balanço após o fechamento dos mercados na quinta-feira. Apesar de ter lucrado US\$ 2,88 bilhões, um salto frente aos US\$ 256 milhões do terceiro trimestre de 2017, as projeções de vendas para o fim do ano ficaram abaixo das estimativas de analistas.

O índice DowJones recuou 1,19%, enquanto S&P 500 e Nasdaq caíram 1,73% e 2,07%, respectivamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Pergunta no posto

À parte o truísmo de que faltou debate de propostas e planos na campanha eleitoral, é manifesta a carência de discussão (e consenso) até no círculo do candidato que lidera os índices de intenção de voto. No tema energia, a plataforma de Jair Bolsonaro (PSL) comporta tanta algaravia que melhor se descreveria como incongruente.

O postulante é contra ou a favor de privatizar partes importantes da Eletrobras e da Petrobras? Deseja manter a atual política de preços para combustíveis? Planeja construir grandes reservatórios hidrelétricos na Amazônia ou dará preferência a usinas a fio d'água? Não se sabe ao certo.

Uma das razões para esse déficit de clareza reside na fuga de Bolsonaro de debates em que pudesse ser questionado sobre pontos nebulosos de seu programa.

A ala ultraliberal de economistas liderada por Paulo Guedes conta com a venda de estatais para tapar o buraco nas contas públicas.

O engenheiro Luciano de Castro, que coordena o plano do PSL na área energética, fala em "dar uma guinada de 180º com relação aos governos do PT", com descentralização e redução do papel do governo no setor elétrico.

Não há dúvida de que as políticas intervencionista da presidente Dilma Rousseff (PT) colheram resultados desastrosos. Há que mudar de rumo, como de resto vinha buscando Michel Temer (MDB), mas falta o PSL explicitar qual rota pretende seguir.

Na outra ponta dos 180º se perfilam não só os desenvolvimentistas de Dilma como também militares nacionalistas que cercam Bolsonaro, herdeiros das prioridades ufanistas traçadas pelo general Ernesto Geisel nos anos 1970. Parece pouco provável que aceitem cobrir a retaguarda de Guedes e Castro nas investidas contra estatais.

O próprio candidato se contrapõe aos planos abrangentes de desestatização. Bolsonaro descarta deixar o setor sob controle de "terceiros": "Você vai deixar a nossa energia na mão do chinês?" — já teve oportunidade de afirmar.

Uma saída aventada seria o mecanismo das "golden shares", que manteria o poder de veto governamental em decisões estratégicas nas empresas privatizadas. Há incerteza, entretanto, quanto à aceitação desse compromisso pelos militares que cuidam da área de infraestrutura.

Não será em postos de gasolina desta ou daquela marca que o público e os investidores encontrarão respostas para as questões decisivas sobre esse insumo fundamental da economia. Compete ao próprio candidato esclarecê-las.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2018

Seção: Poder

Autor: Carolina Linhares

Título: Com chance de vitória, Zema ameniza ruptura com política e revê privatizações

Belo Horizonte- Diante da perspectiva de sair vencedor na eleição para o Governo de Minas Gerais, o empresário Romeu Zema (Novo) vem amenizando ou até abandonando propostas que defendia, como a privatização das estatais mineiras.

Em pesquisa Datafolha divulgada neste sábado (27), ele aparece com 70% dos votos válidos contra 30% de Antonio Anastasia (PSDB), senador e ex-governador. No primeiro turno, o empresário chegou a 43%, e o tucano teve 29%.

Sem a presença do PT no segundo turno, já que o governador Fernando Pimentel (PT) terminou em terceiro, a campanha se desnacionalizou. O embate pautado pelo impeachment e pela prisão de Lula (PT) passou a resumir-se a um confronto entre experiência e novidade.

Disputando a primeira eleição, Zema diz que nunca se envolveu com política, embora a Folha tenha revelado que ele, seu irmão e seu pai se filiaram ao PR em 1999, ao qual se manteve ligado até janeiro deste ano, quando passou para o Novo. Ele diz que nem se lembrava da filiação anterior, feita a pedido de um amigo.

Zema era praticamente desconhecido até o debate da Rede Globo, no dia 2 de outubro, único para o qual foi convidado. Na ocasião, após defender o voto em Jair Bolsonaro (PSL), saiu de 9% de intenção de votos para vencer em primeiro turno.

O empresário de Araxá (MG), dono de uma rede de 800 pontos de venda em dez estados que vai do varejo de eletrodomésticos à distribuição de combustíveis, com 5.300 empregados, defende o fim das "mordomias dos mesmos políticos de sempre".

A Procuradoria Regional Eleitoral de Minas investiga se houve abuso de poder econômico ao usar lojas e funcionários para pedir votos. A Justiça determinou a retirada de bonecos de tamanho real de Zema das lojas e de imagens do empresário nos caminhões da rede. A campanha nega irregularidades.

O Novo trouxe propostas de apelo popular como acabar com a corrupção, não negociar cargos, não se aliar a outros partidos, montar um secretariado técnico e não usar dinheiro público para financiar a campanha.

Zema encarnou o rechaço à classe política, representando uma ruptura com as gestões PSDB e PT que governaram Minas desde 2003. Hoje o estado estima um déficit orçamentário de R\$11,4 bilhões e atrasa salários de servidores e repasses às prefeituras.

Ao passar para o segundo turno, porém, Zema intensificou o contato institucional com entidades religiosas, militares, sindicatos de servidores, prefeitos, Judiciário e admitiu rever propostas.

O caso mais emblemático foi a privatização de estatais, como Cemig (energia) e Copasa (saneamento). Zema passou a dizer que as empresas estão desvalorizadas e não vale a pena vendê-las neste momento, somente após "arrumar a casa".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Com bandeira amarela, conta de luz ficamais barata em novembro

A Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica) anunciou nesta sexta-feira (26) que a bandeira tarifária que será aplicada nas contas de luz em novembro será amarela. Assim, haverá uma redução na cobrança em relação aos cinco meses anteriores, quando a bandeira foi vermelha. A bandeira amarela tem custo de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Já a bandeira vermelha, que vigorava desde junho, prevê cobrança de R\$ 5 a cada 100 kWh. A justificativa para a redução na cobrança está no início do período de chuvas. De acordo com a Aneel, apesar de os reservatórios ainda estarem com níveis reduzidos, a agência acredita que, com o início da estação chuvosa, haja elevação gradual no nível de produção de energia pelas usinas hidrelétricas.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. A adoção de cada bandeira, nas cores verde (sem cobrança extra), amarela e vermelha (patamar 1 e 2), está relacionada aos custos da geração de energia elétrica. No patamar 1, o adicional nas contas de luz é de R\$ 3 a cada 100 kWh; no 2, de R\$ 5. A mudança na bandeira deve aliviar a inflação em novembro. Com a decisão, a consultoria LCA reviu a estimativa para o IPCA em 2018, de 4,4% para 4,2%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/10/2018****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Contas de luz em novembro terão bandeira amarela**

Medida é adotada após 5 meses seguidos com bandeira vermelha no segundo nível e início do período de chuvas

A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) anunciou que as contas de luz terão bandeira amarela no mês de novembro. Com a bandeira amarela, no mês que vem, a tarifa terá um adicional de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A mudança para a bandeira amarela ocorre depois de cinco meses seguidos com bandeira vermelha no segundo patamar. Nesse nível, que vigorou de junho a outubro, as contas de luz cobraram o adicional mais alto, de R\$ 5,00 a cada 100 kWh consumidos.

De janeiro a abril, vigorou a bandeira verde, que não tem custo adicional. Em maio, foi adotada a bandeira amarela. De acordo com a Aneel, a bandeira amarela foi acionada por conta do início do período chuvoso, que levou à queda significativa do preço da energia no mercado à vista (PLD). Porém, os reservatórios das hidrelétricas ainda apresentam níveis reduzidos. Esses são os dois indicadores que determinam a cor da bandeira.

Escala.

Na bandeira verde, não há cobrança de taxa extra. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. E no segundo nível da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5,00 a cada 100 kWh.

O sistema indica o custo da energia gerada para possibilitar o uso consciente de energia. Antes das bandeiras, o custo da energia era repassado às tarifas no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros. A Aneel deve anunciar a bandeira tarifária que vai vigorar em dezembro no dia 30 de novembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/10/2018****Seção: Economia****Autor: Anne Warth Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: MP deve viabilizar privatização da Amazonas Energia**

Leilão da distribuidora já foi adiado por falta de interessados; se empresa não for vendida, prejuízo para o governo será de R\$ 5 bi

Para viabilizar a privatização da Amazonas energia, o governo deve publicar uma nova Medida Provisória nos próximos dias. Será a terceira tentativa legislativa para solucionar os problemas financeiros da distribuidora do Grupo Eletrobrás que dá mais prejuízos. O leilão da Amazonas energia já foi adiado diversas vezes por falta de interessados na empresa, que tem dívidas bilionárias com a Petrobrás, pela compra de combustíveis para abastecimento de termoeletricas na região.

Nesta semana, o governo decidiu remarcar a licitação para 27 de novembro e, paralelamente, trabalhar por uma solução definitiva para os problemas da companhia. Por isso, a nova MP deve trazer um texto semelhante ao das iniciativas anteriores, a MP 814/2017, que caducou e perdeu validade antes de ser votada pelo Congresso, e o projeto de lei 77, que foi aprovado na Câmara, mas rejeitado e, conseqüentemente, arquivado pelo Senado.

Desta vez, no entanto, a estratégia será diferente. Enquanto projetos de lei só passam a vigorar após aprovação pelo Congresso e sanção presidencial, medidas provisórias têm validade a partir da data de publicação. Por isso, a ideia é publicar a MP o mais rapidamente possível e leiloar a Amazonas energia o quanto antes, sem que seja necessário mudar as condições propostas no edital de venda.

Se a licitação for bem-sucedida, o governo não precisará vencer a resistência de parlamentares às privatizações. A MP só deve ser apreciada no ano que vem, pela nova composição do Congresso, de forma que o governo poderia contar com o apoio da futura bancada para aprová-la.

Mesmo na eventualidade de que a MP perca a validade sem ser apreciada por deputados e senadores, os atos praticados durante sua vigência não seriam ilegais. A privatização das distribuidoras da Eletrobrás já foi autorizada em outra lei.

Imbróglios.

A Amazonas energia é um dos maiores imbróglios e está na lista das principais preocupações do governo. A ideia é resolver o problema ainda neste ano, pois o risco fiscal da liquidação da empresa é enorme e pode gerar um rombo de cerca de R\$ 5 bilhões para o próximo governo. Em 2016, a Eletrobrás desistiu de tocar a distribuidora depois de anos de prejuízos acumulados e, agora, opera a empresa em um regime precário de designação, à espera do leilão.

Por outro lado, não há espaço no orçamento da União para assumir essa conta. O maior desafio é viabilizar uma nova garantia para a dívida da Eletrobrás com a Petrobrás, de cerca de R\$ 15 bilhões, cujos termos já foram negociados. O problema é que a operação estava lastreada em um aporte de R\$ 3,5 bilhões que o Tesouro faria à Eletrobrás em 2019.

Com a rejeição do projeto de lei, esse aporte não tem mais base legal para ser feito. O martelo ainda não foi batido e existem alternativas em estudo, mas uma das hipóteses é reduzir o subsídio ao diesel, dado durante a greve dos caminhoneiros (veja mais na página B3). A valorização do real frente ao dólar e a queda da cotação do barril de petróleo renderam uma sobra ao governo, que poderia ser utilizada para fazer o aporte à Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Spic faz proposta oficial por Santo Antônio

A chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) fez uma proposta oficial para comprar o controle da Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira. As negociações se arrastam desde o ano passado, quando a chinesa chegou a fazer uma proposta pela participação da estatal mineira Cemig. Mas a compra não foi fechada na época.

Neste ano, a chinesa retomou as conversas e agora fez, novamente, uma proposta pela usina, de 3.568 megawatts (MW). Segundo fontes, a oferta foi feita ao bloco de controle da concessionária, composto por Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez. A empresa está avaliada em torno de R\$ 10 bilhões e a compra da participação na usina, em cerca de R\$ 6 bilhões. Desde que a hidrelétrica foi colocada à venda, os sócios fizeram uma série de road show em vários países para apresentar o projeto.

A Odebrecht, por exemplo, foi para a China, onde ofereceu sua participação para várias companhias. A Hidrelétrica Santo Antônio, localizada em Rondônia, tem tido sérios problemas financeiros e exigido consecutivos aportes dos sócios para honrar compromissos por causa das perdas provocadas pelo chamado risco hidrológico, que tem atingido várias geradoras brasileiras. A SPIC, Odebrecht e Santo Antônio energia não quiseram falar do assunto.

MME / ASCOM .